



ATA Nº 3/2020

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte, no Auditório da Casa da Cultura/Cinetatro de Rio Maior, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Tiago Filipe Francisco Santos (em substituição), respetivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pelo Presidente, Luís Filipe Santana Dias. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Cadoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo e Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis, José Casimiro Fróis Ferreira, António Manuel da Silva Moreira, Mário João das Neves Flores e Liliana Marques Alonso, procedendo-se às respetivas substituições, com exceção da substituição ao Deputado António Manuel da Silva Moreira por não ter sido possível em tempo útil. -----

----- Pelas catorze horas e trinta e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum (28 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 2/2020 referente à sessão ordinária de 30 de junho. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 2/2020 por maioria dos presentes com direito de voto, com 24 votos a favor e 1 abstenção da Deputada Municipal Anabela da Costa Azenha, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão os Deputados Municipais Carlos José Lopes Abreu, Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso e João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira (28 presenças). -----



----- **Declaração de Voto da Deputada Anabela da Costa Azenha** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Os meus cumprimentos aos Senhor Presidente da Assembleia, aos Senhores Secretários, ao Senhor Presidente de Câmara, às Senhoras e Senhores Vereadores, à Senhora Presidente e aos Senhores Presidentes de Junta, aos meus colegas membros desta Assembleia e aos restantes funcionários, público aqui presente, a todos muito boa tarde e votos de bom trabalho. -----

----- Relativamente à ata, tenho a dizer o seguinte: eu li a ata, como sempre, conheço o regimento. Só dizer que sei que a ata tem que ser feita assim, senão eram inúmeras páginas e nunca mais, possivelmente na próxima assembleia a ata ainda não estava concluída. Só mostrar a minha insatisfação, porque eu também votei aquele regimento, aquele regulamento e, portanto, concordei com ele, mas fico muito insatisfeita de que as nossas declarações venham quase “ipsis verbis” nas atas e as respostas do Senhor Presidente de Câmara sejam na generalidade. Muito bem, sim senhor, mas quando ele profere, quando ele passa para além da política e ofende as pessoas com palavras menos adequadas, porque estamos num fórum político, eu, é só para dizer que a partir de hoje, cada vez que me sentir ofendida na minha pessoa, não enquanto membro desta Assembleia porque estou aqui em representação de pessoas que votaram no Partido Socialista, portanto, vou passar a pedir que fique transcrito na ata as palavras que o senhor me dirigiu. Muito obrigada.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Dirigindo-se à Deputada Anabela da Costa Azenha disse que, muito embora uma declaração de voto não tenha espaço para resposta, enquanto Presidente da Mesa deve esclarecer que a ata é um resumo daquilo que de mais relevante se passou na sessão e que, enquanto for presidente da mesa, assim continuará a fazer-se. Quem pretender ver as suas declarações reproduzidas tem mecanismos regimentais para o garantir. E relativamente às intervenções de cada membro, sejam os próprios, sejam terceiros, há também mecanismos regimentais para pedir, atempadamente, a correção da ata. Concluiu que, nada tendo sido feito, a ata reproduz, em seu entender, aquilo que de mais relevante para o concelho se passou. Acrescentou ainda que, neste mandato, não se lembra de ter havido intervenções que possam ter sido consideradas ofensivas, ou que contivessem considerações indevidas a qualquer membro. E se tal aconteceu, penitenciou-se por não ter reagido no momento próprio. Reiterou que se alguma



situação dessas se passou, seja em relação a quem for, é sempre ao si próprio que deverão ser pedidas satisfações, apresentado desculpas por isso mesmo. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços de apoio à Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Aditou ainda, relativamente à correspondência recebida, que, porque não houve tempo para a integrar na informação, recebeu um email a si endereçado subscrito pelo cidadão José Ricardo Lopes e que figurará na correspondência da próxima sessão. ----

----- Previamente ao período antes da ordem do dia, deu conhecimento de que foram apresentadas na Mesa uma moção e uma recomendação apresentadas pela Coligação Democrática Unitária (CDU) (anexos 3 e 4), a ser lidas pelo Primeiro Secretário, discutidas no período de antes da ordem do dia e votadas logo após o período de intervenção dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões -----

----- Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Deputado Filipe Vicente Martins -----

----- Deputada Inês Guerra Vargas -----

----- Deputada Anabela da Costa Azenha -----

----- Deputado Carlos Jorge Coelho Neto -----

----- Deputado Filipe Montez Coelho Madeira -----

----- Deputado Tiago Filipe Francisco Santos -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----



----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção por referir que Arroquelas foi a primeira das freguesias do concelho a registar casos de COVID-19, sendo também, por isso, a primeira a lidar com as questões de da informação, da divulgação, do registo, da propriedade e da identidade, tanto local como pessoal, e com a dificuldade em lidar com isso, dizendo que, desde aí, se consegue perceber que o paradigma ao longo destes meses mudou, não lhe competindo fazer a análise ou juízo de valor, mas apenas e só comunicar que se sente essa diferença na freguesia de Arroquelas. -----

----- Depois, acerca do aparecimento de algumas ideias um pouco mais extremas no contexto político, referiu que também Rio Maior vê chegar esse fenómeno o que, pese embora respeite, não acolhe o seu agrado, sobretudo porque tem a noção que as propostas que tem saído a público, para além de bizarras, só não o leva a ser um pouco mais crítico porque entende que o contexto em que se posicionam e perante o qual se debatem não tem abertura, pelo menos em termos de massa crítica, que lhes permita transformar isso numa questão política ou pessoal e que essa será uma área em que não irão entrar. -----

----- Manifestou também estupefação, pese embora não tenha sido falado no Município, mas das questões que circulam na comunicação social, há uma temática ligada à cidadania e ao desenvolvimento, que têm alguma dificuldade, como já tinham com a questão das vacinas, como têm com a questão da religião, em entender o porquê de surgir uma questão ligada a uma componente que se considera essencial e que gostariam de ver mais trabalhada nas escolas e que passa incólume no Município, não se tendo visto ninguém que abordasse esta questão publicamente, o que, a seu ver, denota, de certa forma, a ausência, que tem vindo a ser assinalada e se continua a notar, de um órgão de comunicação social que possa reter esses elementos e contribuir para a discussão alargada e para a criação de massa crítica num município com as características de Rio Maior. -----

----- Por fim, quis ainda esboçar aquilo que tem vindo a ser a ideia de ligar o concelho ao município e o município à cidade, a cidade às freguesias, misturá-las e voltar novamente a tentar colocá-las naquilo que considera ser a base de trabalho em termos políticos, sociais e económicos, que é a noção de território, e que no início de mandato,



como se lê nas atas transcritas, se materializava na ideia de uma associação de freguesias. Disse tratar-se de uma questão mental, de uma questão cultural, que estando longe de ser uma questão fraturante, porque se pode continuar a funcionar nestes moldes, mas que gostaria que o Município pudesse trabalhar no sentido de todos se considerarem parte do mesmo território e que esta mudança, que provavelmente levará décadas, tem cada vez mais razão de ser. Por isso, lançou o desafio de se começar a pensar o município ou o concelho, mais concretamente, como um território, construído por pessoas de forma a facilitar um pouco a qualidade de vida e a alegria com que vive antes que alguém se atreva a tirá-la ou a retirar-nos o direito a ser felizes.

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para deixar algumas considerações sobre as recomendações apresentadas pela Coligação Democrática Unitária (CDU) e que serão colocadas a votação da Assembleia. Sobre a recomendação acerca dos subsídios de risco de salubridade, lembrou o que o Partido Comunista Português (PCP) tem aprovado orçamentos desde há seis anos para cá e que lhe parece que nunca se esforçou muito para, junto do Partido Socialista, conseguir que esses assuntos fossem tratados no sítio devido e considerou que vir pedir a uma Assembleia Municipal faça aquilo que o Partido Comunista não fez na Assembleia da República, não lhe parece correto. Em relação à outra recomendação, em seu entender, trata-se de uma partida para a campanha eleitoral das próximas eleições autárquicas, porque só assim compreende que seja feita uma recomendação que tenha como objetivo as próximas eleições de 2021, como diz na própria. Disse ainda que admitiria a possibilidade de discutir uma recomendação deste teor se fosse feita com tempo e nunca à pressa à presa para entrar em vigor nas próximas eleições. Considerou que uma reorganização ou a desagregação das freguesias que foram agregadas, neste momento, nada mais lhe parece que puro ato eleitoralista. -----

----- Terminou dizendo que é solidário e subscreve grande parte daquilo que foram as ideias e os conceitos que deixou o Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas. -

----- **Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Interveio para deixar uma nota assembleia relativa ao apoio financeiro que o executivo municipal atribuiu à Santa Casa da Misericórdia, que foi já publicada na comunicação social, mas dada a sua relevância, sobretudo no atual contexto socioeconómico nacional, não quero deixar de a referir. Notou que o Município de Rio Maior atribuiu aquela instituição um apoio financeiro no valor de duzentos e sessenta mil euros, que equivale a 10% do valor global da construção de uma Estrutura Residencial para Idosos com capacidade para sessenta e seis camas e que tem como objetivo dotar o concelho de mais uma infraestrutura para servir com qualidade a população mais idosa. Afirmou que é com orgulho que vê estas e tantas outras iniciativas serem concretizadas e realçou que isso só é possível fruto do bom trabalho realizado quer pela anterior, quer pela atual gestão municipal. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Começou por ressaltar aquele que é o apoio feito ao associativismo do concelho pela Câmara Municipal e fala não apenas como membro da assembleia, mas também como representante da Freguesia de Rio Maior porque lhe parece de toda a justiça fazer-se essa referência quando as coisas são no sentido não só de servir a população, mas também de dar apoio aqueles que complementam em muitos momentos a atividade dos autarcas com a atividade daquilo que é a sociedade civil. Referiu que os contratos programa que se concretizam, servem para dar o apoio necessário a todas as suas estruturas, seja cultural, recreativa e/ou desportiva, de forma a que se mantenham e consigam desenvolver a sua atividade junto da população e que, felizmente, o concelho de Rio maior ainda tem muitos bons exemplos de associações, clubes, grupos desportivos, etc. que estão a funcionar bem. Considerou que é importante que se possa continuar a dar estes apoios e, por isso, deixou um bem-haja à Câmara Municipal por, mais uma vez, dizer presente nestas situações em que se reconhece o importante trabalho destas estruturas voluntárias em que as pessoas não são remuneradas e dão a cara pelas suas localidades, pelos seus clubes e que, acima de tudo, incentivam os jovens a continuarem a fazer este tipo de ação e muitas mais atividades em prol das populações e em prol de Rio Maior. -----

----- De seguida referiu-se às reparações da rede viária dizendo que na freguesia de Rio Maior, devido à sua extensa área de rede viária, há a necessidade de fazer pavimentações de tempos em tempos e, felizmente, pela concertação entre a Câmara



Municipal e a Junta de Freguesia, tem-se conseguido fazer investimento nesta freguesia e também em todo o concelho ao longo de todo o mandato. Afirmou que se trata de obra muito importante porque era uma carência identificada há já muito tempo, nomeadamente em locais como o largo da igreja em Vale de Óbidos e que será um trabalho contínuo, de planeamento de forma a contribuir para a melhoria das condições de vida da população e nunca esquecendo a questão do saneamento e das condutas de água, que são também uma das grande prioridades e preocupações não só da população, mas também de quem as representa na freguesia. -----

----- Acerca da recomendação apresentada sobre as freguesias disse que muito se tem debatido em vários fóruns sobre essa questão e existem até posições tomadas que se tornaram as linhas gerais, aprovadas no último congresso da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) falam exatamente disso, existem posições diferentes porque também há entendimentos diferentes sobre o assunto e sempre haverá, mas considera que ninguém se pode esquecer que o Partido Socialista, através Ministro das Autarquias Locais, teve a oportunidade de referir que esta situação da reposição das freguesias não seria um processo por decreto-lei ou por lei. Acrescentou ainda que é do conhecimento público que em muitas das freguesias este não foi um processo pacífico e agora, em seu entender, não seria justo para aqueles que conseguiram agarrar a ideia e inteirar-se das situações que por questões de eleitoralismo se esqueça o que foi feito, em alguns locais com grande esforço. Disse ainda que atualmente existem cinco critérios, criados pelo Partido Socialista e pela geringonça, para a reposição das freguesias e, por isso, não pode estar de acordo com o texto apresentado, concordando plenamente com o que foi dito, deixando para os deputados da Assembleia da República e para o Governo o exercício dessa função e que será para lá que remete esta situação, porque há fóruns próprios para o efeito e que os presidentes de junta se têm pronunciado naquele que é o seu fórum por excelência, a ANAFRE. -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para solicitar esclarecimentos acerca da faturação de água e das queixas que tem ouvida acerca da mesma. Lembrou que logo após o início da pandemia o executivo municipal achou por bem, e em boa hora, ajudar os munícipes reduzindo a fatura da água relativamente ao valor que as pessoas estavam habituadas a pagar e que agora, há cerca de dois meses para cá, as pessoas têm vindo a queixar-se que a



fatura duplicou e em alguns casos triplicou. Por isso, perguntou porque é que isso aconteceu e se afinal se deu com uma mão e se está a tirar com a outra, ou se a contagem houve confusão na contagem da água e na mudança de escalão, ou seja, se não foi feita alguma contagem e agora ao contar-se dois meses passaram de escalão ou se a fixação do escalão é feita mensalmente. -----

----- **Deputada Inês Guerra Vargas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por parabenizar o município pela forma resiliente com que se procurou a adaptação a estas novas circunstâncias no sentido de se continuar a oferecer o título de “Cidade do Desporto”, como é exemplo o “RM Meeting” um evento de formação desportiva a nível nacional que foi realizado em formato online e que contou com a partilha de experiências de inúmeros nomes conceituados do desporto em Portugal e também de muitos riomaiorenses. Destacou ainda o facto da inscrição para atletas e treinadores do concelho ter sido gratuita, permitiu aos desportistas poderem usufruir desta experiência de qualidade e também acrescentar valor à sua formação. -----

----- Acerca do desporto amador disse que também houve desenvolvimentos e destacou a criação do KM 0 – Percurso de Prática Desportiva Informal, através da marcação de percurso de participação livre ao longo de todo o concelho, projeto este que desafia a população a manter-se ativa. -----

----- Por fim, referiu-se ao Mercado da Cebola começando por dizer que acredita que tenha sido difícil tomar a decisão de manter e respeitar a tradição com muitos anos de história e ainda a capacidade de adaptar e reinventar o evento de forma a garantir que se realizava, embora noutros moldes e com outra dimensão adequada à época que se vive. Saliou ainda que se conseguiu que a animação passasse também por vários locais e freguesias do concelho através de um camião palco com música e ainda com um concerto realizado no cineteatro e que foi projetado no Largo Aires de Sá (largo do Cineteatro) e transmitido em *Live Streaming* nas redes sociais do Município. -----

----- Posto isto, solicitou que lhes pudesse ser informado, por parte do executivo e em jeito de balanço, qual foi o *feedback* sobre o evento nestes moldes e se ficou garantida a atividade dos ceboleiros. -----

----- **Deputada Anabela da Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Iniciou por dizer que o Partido Socialista quer manifestar a toda a população do concelho um voto de confiança e de apoio, principalmente aos que estão neste momento na vida ativa, reforçando também que se deve ter mais preocupação e sensibilidade para todos aqueles que estão ao nosso redor e saber tomar conta deles e alertá-los. Deixou, também, um voto de solidariedade para com todas as pessoas do concelho que estão infetadas pela COVID-19. -----

----- De seguida começou por falar da Escola Profissional de Rio Maior (EPRM), cujo ano letivo já se iniciou deixando, desde logo, um voto de confiança a todos os pais, alunos e profissionais da mesma. Questionou como está a dívida da escola e qual é o plano de pagamento da mesma, quantos alunos é que a escola tem neste momento, como é que está o quadro dos professores e em que condições e qual o projeto para reabilitar e relançar a escola. -----

----- Sobre as escolas questionou também sobre o défice de funcionários nas mesmas que, pela sua experiência, sempre considerou poucos para acautelar o acompanhamento e a segurança das crianças, em face das instruções e condições agora dadas pelo Governo para que haja um reforço de pessoal nestas áreas. Perguntou, por isso, se foram ou não contratados mais funcionários para as escolas de forma a colmatar as deficiências, não só as que já existiam, como também para assegurar o cumprimento de todas as regras de segurança que este período nos exige. -----

----- De seguida, disse que registaram com agrado os dois novos investimentos no concelho, Telepizza e Burguer King, e relativamente à edificação deste último, pareceu-lhe que não foi acautelado, para o futuro, o aumento do fluxo de pessoas naquele passeio na frente porque, alertou, se se tiver em conta a distância entre o muro e os postos de eletricidade surgem dúvidas que lá passe uma cadeira de rodas ou uma cadeirinha de bebé. Considerou que se tratando de uma avenida nova onde existem várias escolas, a estação da rodoviária, onde se realiza o mercado mensal, onde está o Pavilhão Multiusos com várias utilidades, ou seja, onde circula muita gente e onde se investe para que se circulem muitas mais, não havia outra forma de fazer o muro mais recolhido, tal como aconteceu com o muro do centro escolar da Mina do Espadanal dando mais largura ao passeio. Questionou, por isso, se o executivo tentou, pelo menos em sede de licenciamento, negociar esse recuo e se algo foi feito nesse sentido. -----

----- Acerca da alimentação, não colocando em causa o gosto e a qualidade que estes serviços prestam quanto ao tipo de alimentação que dispõem, disse que também consideram que seria muito importante que as escolas sensibilizassem os alunos para



os cuidados a ter com uma alimentação saudável, porque estes estabelecimentos vão ser uma novidade e acrescentou que a Câmara Municipal deveria estar mais sensível às refeições servidas nas escolas porque não se deve, na senda de se poupar alguns cêntimos por cada uma delas, comprometer a qualidade da comida fornecida às crianças que sistematicamente dizem que a comida da escola não presta. Acrescentou que estas crianças, principalmente as mais pequenas, estão agora a estender o seu paladar a novos tipos de alimentos e que se esses não forem de qualidade e com boa apresentação pode vir a criar a sua rejeição. -----

----- Relativamente à requalificação da zona ribeirinha e da moagem, disse saber que existe um problema com os resíduos da ETAR da empresa Indústria Carnes Nobre e, por isso, perguntou se existe alguma conduta para canalizar aqueles resíduos, onde é que ela vai terminar e quem a irá pagar. No que se refere à moagem propriamente dita, disse que de saber qual é concretamente o projeto para a mesma já que se tratam de dinheiros públicos. -----

----- Por último, referindo-se aos estrangeiros em Rio Maior, afirmou que qualquer comunidade estrangeira, seja brasileira ou indiana merece todo o respeito, até porque, continuou, a população em Rio Maior estava numa curva descendente e em nada contribuem atitudes xenófobas. Afirmou que há um gabinete na Câmara Municipal de Rio Maior que tem a obrigação de promover a equidade entre as pessoas que cá residem e sensibilizar as pessoas para as regras da urbanidade. Concluiu dizendo que mais do que críticas, deve querer-se ajudar e incluir nunca esquecendo que os portugueses, tradicionalmente, foram um povo emigrante. -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir ao artigo opinião que publicou num órgão de comunicação social e esclarecer de forma inequívoca que xenofobia e racismo são assuntos absolutamente ausentes do seu pensamento e que a emigração é, na sua opinião, muito bem-vinda e necessária para a dinamização da economia local e nacional. Disse que de um modo geral quem escolhe aqui viver e trabalhar é bem acolhido, sendo conhecidas as dificuldades que enfrentam nos países dos quais são naturais, mas que aquilo que considera que não pode ser acolhido e com que não se pode pactuar é com insegurança, marginalidade, impunidade e falta de civismo, sejam elas oriundas de riomaiorenses ou qualquer outra nacionalidade, sendo facto que infelizmente começam



a existir no concelho. Deixou, assim, em aberto as suas dúvidas e receios perante o executivo municipal sobre o que está ou vai ser feito junto das autoridades competentes perante o que referiu. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Começou por falar sobre a recomendação e moção apresentadas à Mesa, dizendo que acabam por ser tópicos meramente políticos, que carecem de oportunidade e que, principalmente, não estão dimensionados em termos de custo. Por isso, não lhe parece muito oportuno, embora entenda o interesse da Coligação Democrática Unitária(CDU) em termos políticos, mas, em seu entender, para se poder votar teria que conhecer melhor qual o seu impacto e nomeadamente qual o custo das duas situações. -----

----- Relativamente à pandemia, disse que gostaria de dar a sua opinião pessoal, dizendo que o papel da comunicação social tem sido um desastre, tem conduzido as pessoas ao pânico, em vez de ser direcionada para formar as pessoas e elucidar sobre os comportamentos corretos e que aqueles que não se devem ter, ao invés de repetir os números de infetados diários, gerando uma onda de medo em vez de se defenderem e em vez de ganharem ferramentas para poderem viver. Afirmou que isto nada tem a ver com o Governo, mas tão só com a maneira que a comunicação social está a gerir a pandemia, esta catástrofe natural e que, com esta forma de comunicar, não se sabe onde isto irá parar. -----

----- De seguida solicitou informações relativamente à atividade deste ano, nomeadamente sobre a preparação e arranque do ano letivo e qual o envolvimento da Câmara Municipal no mesmo, sobre o turismo e o que foi feito para a sua dinamização, quais as medidas e resultados do que foi feito no presente ano e quais são as perspetivas de continuação desse trabalho que foi feito ao nível da atividade económica do turismo, sobre a situação da Depomor, S.A. relativamente à sua dívida, à reação face a esse problema e também que investimentos é que estão previstos, e, por fim, sobre a atividade camarária e de que forma os investimentos previstos no ano anterior para este ano, em termos de investimento camarários, estão a ser geridos e concretizados e qual o grau de execução. -----

----- **Deputado Tiago Filipe Francisco Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Iniciou por se referir à requalificação viária que tem vindo a ser feita por todo o concelho num esforço assinalável por parte da câmara municipal para que haja uma melhoria na qualidade de vida das pessoas e, nesse âmbito, questionou quais as intenções relativamente a um troço muito específico entre a Venda da Natária e Mercado de Santana/Venda da Costa que, mesmo sendo uma das artérias de principal acesso ao mercado semanal, nos últimos vinte anos não sofrido qualquer intervenção. Acrescentou que se sabe que é um troço repartido entre a Câmara Municipal de Rio Maior e Câmara Municipal de Caldas da Rainha e, por isso, perguntou se está prevista alguma intervenção num futuro próximo e em que moldes. -----

----- Relativamente à EN114 fez notar que houve mais um acidente a envolver dois ciclistas e um carro ligeiro e que todos sabem o que aconteceu com a passagem das canalizações de água em que as entidades nacionais não assumem a responsabilidade e a câmara municipal é que fica responsável depois por garantir a manutenção de uma artéria que é nacional e que deveria estar já reconvertida e completamente restabelecida. -----

----- De seguida deixou um alerta dado por um empresário de Rio Maior, que tem uma pequena loja no centro e que se queixa da existência dos pombos e de como a limpeza urbana não consegue acompanhar a sua multiplicação. -----

----- Acerca dos novos estabelecimentos de restauração, disse que, não obstante não se poder controlar a escolha das pessoas e a sua existência, se revê, de alguma forma na intervenção da Deputada Anabela da Costa Azenha quando fala de haver sensibilização para uma alimentação saudável, concordando que faz todo o sentido que essa sensibilização possa ocorrer em contexto escolar. -----

----- Acerca da imigração, disse tratar-se de uma situação que não tem que gerar nenhum tipo de repulsa pela sociedade, sendo que aquilo que o preocupa não é a vinda das pessoas para Rio Maior, mas sim em que condições é que estão a vir, para onde estão a ir e que trabalhos estão a assumir, sabendo que todos queremos ter trabalho de qualidade e que essas pessoas não devem ser exceção. -----

----- Concluiu a intervenção dizendo que a descentralização de competências que as juntas de freguesia assumiram nos últimos tempos tem aumentado, em muito, o seu âmbito de atuação e esse facto tem que merecer, da sua parte, um voto de louvor e um obrigado pelo trabalho que têm feito. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- No âmbito dos apoios ao associativismo, solicitou que lhe pudesse ser facultada a relação dos apoios aprovados e quais as entidades a quem foram atribuídos, não pondo em dúvida que terão sido todas aquelas que existem no concelho, e perguntou se esses apoios continuavam a depender da apresentação prévia da sua prestação de contas relativamente ao ano anterior. Afirmou que quanto à questão de saber qual é a base da decisão, essa será uma questão que incumbe ao executivo municipal e não vale a pena estar a perguntar porque têm autonomia e liberdade para definir os critérios da mesma.

----- De seguida questionou quantos auxiliares estão por colocar nos agrupamentos, quais as faltas que existem e porque é que ainda não foram colocados e quando é que se prevê que isso aconteça. -----

----- Relativamente à questão da limpeza é sabido que o município entregou essa responsabilidade a uma empresa e perguntou se há um balanço de como está a correr a prestação do serviço, já que, segundo informações que tem, a limpeza e higienização estão a ser muitíssimo malfeitas e até nem sequer está a ser feita em algumas situações.

----- Colocou a mesma questão sobre o transporte das crianças, se tudo está a ser controlado e se está a ser feito um balanço sistemático dos resultados tendo sempre em consideração as normas da Direção Geral da Saúde (DGS). -----

----- Acerca das aulas de educação física das crianças, questionou onde é que essa prática irá ter lugar ou se, efetivamente, não estão reunidas as condições para que se possam realizar em segurança. -----

----- A parte da intervenção relativa às eleições para as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR), que se segue, é transcrita na íntegra conforme solicitado: -----

----- “O chamado processo de democratização retomado pelo atual Governo, insere-se numa estratégia de que ao longo dos anos vários Governos se têm socorrido para iludir o incumprimento do que a Constituição da República Portuguesa consagra quanto à criação das regiões administrativas. Uma estratégia que tendo já conhecido outros instrumentos, das comunidades urbanas às Comunidades Intermunicipais, se reasenta ciclicamente na tentativa de apresentar a democratização das CCDR’s como parte de um processo de descentralização que de facto se quer impedir. Uma nova expressão desta visão centralizadora emerge na ideia divulgada sobre a intenção do governo de instituir a figura dos secretários regionais, de facto comissários políticos do Governo, a



pretexto da ligação positiva da intervenção dos cinco Secretários de Estado destacados no período da atual epidemia para articular serviços e de se relacionar com diversas entidades nas cinco NUT's. -----

----- Sempre baseado na mesma mistificação de conceitos, apresentando a desconcentração como sinónimo de descentralização, iludindo a natureza distinta entre ambas e procurando encontrar em soluções desconcentradas um fator de redução da exigência de uma efetiva descentralização, as CCDR's não são, nem podem ser, uma autarquia porquanto constituem meras estruturas da administração central. Só por má fé se pode entender, se pretende fazer crer, que a eleição da sua direção lhe alteraria a natureza e lhe conferiria legitimidade democrática. Observando a própria lei, se conclui que a fase de democratização terá um período de vida efêmero medido naquela meia dúzia de horas em que decorrerá o colégio eleitoral. O presidente será eleito pelo conjunto de todos os eleitos municipais, incluindo os presidentes de junta, um vice-presidente será designado pelos presidentes da Câmara Municipal e outro vice-presidente será indicado pelo Governo. A natureza objetiva da estrutura, especialmente com a subordinação de quem, tendo sido eleito pelos representantes do poder local, deverá executar orientações determinadas pelo poder central, tomam posse perante o Primeiro Ministro e o incumprimento das missões e atribuições das CCDR's, determinam a cessação do mandato, com a corresponsabilização por processos, aliás já anunciados, que degradam os territórios e contrariam os interesses das populações. Assinale-se a projetada transferência para as CCDR's de um conjunto de serviços da administração central com o que representará a descentralização e desconcentração de poderes sem resposta compatível. -----

----- É neste quadro que se tem de compreender a insistência neste processo que, recorde-se, teve no acordo celebrado em São Bento, no verão de 2018, entre o governo do PS e o PSD cujo objetivo é o de manter adiada a regionalização e uma efetiva descentralização e dar espaço à transferência de encargos para as autarquias locais, um objetivo para o qual a CDU, não só não contribuirá como denunciará e combaterá.”

----- Concluiu, após a leitura, que daqui se destaca com muita clareza e para quem quiser ver a realidade que a história é presente, mas também é passado e o futuro, afirmando que é o que se quiser e se conseguir e por ele se tem que lutar, fazendo política e criando o desassossego nas pessoas. Disse que já muitas vezes foi aqui falado sobre a geringonça e dado o enfoque a uma união entre a CDU e o PS e agora, com esta leitura, acabou de referir uma outra através da assinatura de um documento em



2018 entre o PS e o PSD. Terminou afirmando que a política é aquilo que é, deve ser séria e combativa no interesse das populações, seja ela de um lado ou de outro, o que importa é que seja pelo melhor. -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Começou por se referir às palavras da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, dizendo que vê uma similitude na argumentação entre o PCP e PSD, porquanto, quando as coisas são bem feitas é graças ao PCP quando as coisas são mal feitas é graças ao Governo, da mesma maneira a argumentação do PSD que se congratula, e muito bem, que a Câmara Municipal tenha dado 10% do valor da obra da Santa Casa da Misericórdia, mas se esquece de referir o esforço que o Ministério da Segurança Social fez para que mais de metade da obra seja comparticipada por fundos comunitários. Concluiu, assim, que aplicando este raciocínio o PS é um gastador que gasta em tudo o que é mal e está colado à esquerda, quando é para ser o PSD, toma as decisões corretas e já pode gastar. -----

----- De seguida questionou qual o ponto de situação do concelho no que se refere à pandemia e quais são os planos que a Câmara Municipal de Rio Maior tem no âmbito do combate e prevenção à COVID-19, considerando o aumento de casos que se tem vindo a verificar ultimamente, que se irá iniciar o ano letivo para o ensino secundário e básico e também para o ensino superior, trazendo para Rio Maior mais um conjunto grande de pessoas externas ao concelho, e que estão uma série de atletas estrangeiros oriundos de um país pouco preocupado em confinar e seguir regras. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por agradecer ao executivo camarário os apoios que tem dado não só às famílias no concelho, mas também às instituições e associações que por imposição legal se viram obrigados a fechar as portas, mas não a deixar de prestar o serviço aos seus utentes com a óbvia redução de receitas e um aumento considerável das despesas. Por isso, a sensibilidade demonstrada pelo executivo na atribuição destes apoios financeiros às instituições com cerca de dezassete mil euros deve ser reconhecida e deixou, assim, o seu agradecimento. Sobre o apoio às famílias, referiu-se à distribuição de cerca de sete mil refeições a crianças do concelho, que se viram privadas das refeições devido



ao encerramento dos estabelecimentos escolares entre os períodos de março e junho, e também à distribuição mensal de cento e trinta cabazes para colmatar as dificuldades da população mais carenciada. -----

----- Referiu-se ainda aos apoios financeiros para obras dados à Santa Casa da Misericórdia e ao Centro Social de Sourões e ainda ao apoio generalizado às associações do concelho que teve um acréscimo de 30% face ao ano de 2019. -----

----- Terminou dizendo que há já muito tempo não se via tanto investimento em simultâneo no concelho, seja na área social, seja nas obras públicas e que, em seu entender, isso é trabalhar bem e aproveitar os fundos que a câmara tem em prol da população e do seu bem-estar. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por endereçar dois pedidos de desculpa, o primeiro à Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa por se ter ausentado aquando da sua intervenção, e o segundo à Deputada Anabela da Costa Azenha, embora desconhecendo o que possa ter dito para a ofender, porque não é sua postura ofender seja quem for e se aconteceu foi involuntariamente, deixando assim o seu sincero pedido de desculpas. –

----- Relativamente às questões colocadas disse que iria tentar responder a todas e, se tal não acontecesse, seriam remetidas por escrito por intermédio da Mesa da Assembleia, se assim fosse entendido. -----

----- Referindo-se à intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Arroquelas disse que quem está no município deve ter o objetivo e a preocupação de penar o concelho como um todo e que considera que os eleitos locais têm dado mostras disso mesmo naquelas situações em que ainda podem vir a ter melhorias, sendo que o município deve promover sinergias entre todo o território, havendo muito já feito e muito por fazer. -----

----- Acerca dos comentários e intervenções feitas sobre os investimentos em todo o concelho, deixou um agradecimento pelo reconhecimento e que o trabalho continuará a ser desenvolvido nesse sentido. -----

----- Acerca do apoio feito à Santa Casa da Misericórdia e outros apoios a outras instituições, afirmou que tem existido o critério de apoiar tudo o que são projetos



estruturantes para o concelho com 10% do valor do investimento, sendo estes projetos, em regra, consequência de candidaturas e financiadas por fundos comunitários. Acrescentou ainda que havendo possibilidade maior seria o apoio porque o trabalho que estas instituições fazem por Rio Maior todos os dias, não se pagam com os apoios que lhes têm sido atribuídos, merecendo muito mais. -----

----- Sobre o apoio ao associativismo deu conta que este ano houve um acréscimo em cerca de 30% nos apoios financeiros e, também aqui, considera que o trabalho desenvolvido pelas associações é incalculável e de um valor para a população que nunca poderá ser medido, desempenhando um papel deveras importante para o município. -----

----- Sobre as pavimentações disse estar de acordo com o que o Presidente da Junta e que este tipo de trabalho continuará a ser feito, independentemente do ano e do momento do mandato, apesar das críticas que possam daí advir. Relativamente à freguesia de Rio Maior, foram feitos investimentos em Vale de Óbidos, na Chainça, no Bairro Mãe de Água, na Rua Latino Coelho, na Duque de Coimbra, no parque das piscinas municipais, na Rua Luís Falcão Mena, na Rua do Matadouro, revelando um contínuo investimento na freguesia, embora, reconheça, mais na área da cidade. Agradeceu, por isso, a disponibilidade do Presidente de Junta na identificação e definição de prioridades das obras a fazer e no planeamento nas intervenções futuras na zona a norte da freguesia, toda a zona da Senhora da Luz e Arco da Memória e Casal Filipe, estando ainda previstas para este ano uma intervenção entre o Casal Filipe e o limite do Arco da Memória. Informou ainda que está a ser feita a rua que vai do Vale Brejo até ao Arco da Memória numa parceria entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a Câmara Municipal das Caldas da Rainha custeando cada um dos municípios o seu custo na sua área, sendo cada um dos procedimentos de cada uma das câmaras e que estão também previstas intervenções, não para este ano, entre a Venda da Natária e Venda da Costa, uma zona muito necessitada e para a qual há a intenção de realizar melhorias. -----

----- De seguida, acerca da situação da faturação da água, pediu a todos que pudessem dar a conhecer a quem os abordasse a explicação que agora iria dar, esclarecendo que no início da pandemia, Rio Maior foi o único concelho da Lezíria do Tejo que isentou na totalidade os consumidores do pagamento de tarifas fixas dos serviços essenciais e que a razão de posteriormente terem aparecido faturas com valores tão elevados decorreu da aplicação da leitura por estimativa, feita de acordo com as regras da entidade



reguladora (ERSAR), estimativa essa feita com base nos valores pagos nos meses anteriores e que, devido ao aumento de consumo, consequência da maior permanência em casa, originou que a primeira fatura com leitura real apresentasse um consumo efetivo superior à estimativa, juntando a isso, o levantamento da isenção das tarifas fixas. Disse que também deveria ficar esclarecido que não houve efetivamente subida de escalão com estes consumos reais mais elevados, como foi entendido por muitos, porque a cada escalão será alocado o rácio correspondente, estendendo-o, de forma a não prejudicar o consumidor. Reconheceu que não será uma mensagem fácil de passar, em especial quando tem um impacto grande no orçamento familiar e deixou também a informação que se houver alguém que não esteja preparado para o pagamento integral da fatura, a Câmara Municipal dá a possibilidade de o pagamento ser feito em prestações, de forma a facilitar o cumprimento do mesmo. -----

----- Relativamente à realização do Rio Maior Sports Meeting disse que se tratou de um evento que veio evidenciar a qualidade dos eventos desportivos em Rio Maior e que se tratou de um evento formativo que trouxe a Rio Maior, de forma virtual, alguns dos maiores nomes do desporto nacional, enriquecendo os agentes desportivos no sentido de elevar o desporto e do ensino desportivo para níveis mais rigorosos e com melhores resultados. -----

----- Sobre o KM 0 – Percursos de Prática Desportiva Informal, referiu que se trata de um projeto de participação livre, com vários trilhos marcados e em constante evolução, sejam eles circuitos a pé ou de bicicleta, com a existência de um ponto de encontro único, no jardim municipal, onde as pessoas se podem juntar informalmente e fazer os percursos definidos. -----

----- No que se refere ao Mercado da Cebola disse que foi a forma encontrada de assinalar a data de Feira Nacional da Cebola, numa dimensão muito menor, mas que permitiu que não fosse interrompida a anual a realização da FRIMOR, dentro das condicionantes que a época permitiu, respeitando também os ceboleiros que ao longo dos anos aqui têm vindo escoar o seu produto e abrilhantar a feira. Acrescentou que, para este evento não se reduzisse apenas à venda da cebola, foi feita uma pequena recriação histórica das profissões antigas que nos primórdios desta feira ali se juntavam e que, futuramente poderá passar por uma recriação histórica mais alargada e mais participada. Referiu ainda que no âmbito deste evento foi ainda realizado um grande concerto no cineteatro, difundido na internet para toda a população, e rodaram pelo



concelho dois camiões palco para levar à população um pouco da festa que, tradicionalmente, é a FRIMOR. -----

----- Quanto à Escola Profissional de Rio Maior (EPRM) afirmou que a escola não tem dívidas e que o que a escola tinha foi o acumular administrativo e contabilístico de anos com prejuízo sem que em tesouraria isso se manifestasse numa dívida concreta. Deu conta que os sócios estão obrigados a cobrir os prejuízos dessa atividade e que, por isso, o município já transferiu aquela que era a sua parte na cobertura dos prejuízos, mais de quinhentos mil euros, informação que já tinha sido dada na última sessão da Assembleia Municipal. Relembrou que esta não era a opção defendida pela maioria, mas, por atitudes políticas e administrativas de grupos que não são os constituintes dessa maioria, o caminho teve que ser forçosamente este. Afirmou, perante isto, que não será seguramente responsabilizado por seguir o rumo que levou a que o erário público viesse a pagar quinhentos mil euros à EPRM, não obstante ser agora, a regra a cumprir. Disse ainda que o futuro da escola está em construção todos os dias, com o mesmo ou maior empenho de até aqui, havendo, neste momento, três turmas autorizadas e com inscrições para que possam funcionar. Quanto ao quadro de professores, disse que a informação iria ser enviada por escrito, visto não ter no momento a informação necessária. Acrescentou que o plano para reabilitar a escola passa por encontrar formas alternativas geradoras de receita, nomeadamente a formação de ativos continuada, a abertura aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a outras comunidades que possam, de alguma forma, engrossar o corpo de alunos da escola, sendo que esse trabalho, disponibilizando-se para, junto com a informação a enviar, constar também uma pequena memória descritiva do caminho que está a ser seguido pela Escola Profissional de Rio Maior. -----

----- Relativamente ao défice de funcionários nas escolas, esclareceu que a Câmara Municipal de Rio Maior cumpre e sempre cumpriu, por excesso, os rácios obrigatórios do Ministério de Educação, informando que entre o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, o Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal e Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira de Rio Maior, o município irá colocar mais dezanove assistentes operacionais para estas funções, engrossando em muito o mapa de pessoal desta Câmara Municipal. -----

----- Sobre o muro em frente às instalações futuras do Burger King, disse que se trata de análise técnica feita por funcionários com formação e responsabilidade para o efeito e que a antiga empresa que ali estava instalada já se encontrava no mesmo alinhamento



ou até mais à frente, lembrando que não foi o atual executivo que projetou aquela avenida e que, o empreendimento que ali está agora a ser feito respeita integralmente todas as normas regulamentares, nomeadamente a largura de passeios exigida no projeto da avenida feito na altura pelo Partido Socialista, não existindo nenhuma imprecisão no projeto que obrigue a algum tipo de revisão. -----

----- Sobre a alimentação nas escolas disse que essa é uma questão pedagógica e, embora defensor da alimentação saudável, nesse âmbito o município não tem ação direta junto das escolas, lembrando que, por vezes, e embora as crianças não apreciem, a alimentação da escola tem menos erros que a de casa. Disse ainda que o município tem uma nutricionista que garante que as refeições das escolas são regradas, tem uma composição nutritiva adequada, inclusive para algumas crianças com necessidades alimentares especiais. -----

----- Acerca da referência feita à ETAR da Indústrias Carnes Nobre existente na zona ribeirinha afirmou que, segundo as informações da empresa e da EPNAZE, esta cumpre todos os requisitos legais necessários ao funcionamento e todos os critérios que são exigidos para que possa descarregar na linha de água o efluente resultante da sua atividade económica. Voltou a dizer, como em anteriores sessões da Assembleia Municipal, que a legalidade nada tem que ver com agradabilidade e que, numa zona que se pretende nobre, seria desagradável ter um afluente baço e com algum cheiro, sendo que município, conhecedor deste problema e porque quer criar ali uma nova centralidade e um espaço de lazer para os riomaiorenses, desde o primeiro momento que tem vindo a dialogar com a empresa no sentido de conduzir aquele efluente para depois da zona ribeirinha. Acrescentou que a empresa cumpre todos os requisitos legais e embora se tenha disponibilizado para colaborar não se disponibilizou para custear o investimento que é um desejo do município e, por isso, a construção da recondução daquela conduta de efluente da será custeada pelo município. -----

----- Repudiou que alguma atitude ou manifestação xenófoba existir no município, dizendo que este tem vindo a fazer um trabalho articulado com as várias entidades, no sentido de existir uma boa integração dos imigrantes, inclusive nas escolas. Disse que percebeu que a intervenção não era dirigida à Câmara Municipal e garantiu que o Município esta a fazer o seu trabalho, através de um gabinete próprio para a integração de imigrantes e vai também fazendo o seu acompanhamento social. Referiu que a situação que levou a que este assunto viesse a discussão não depende de nacionalidade, trata-se da insegurança que existe e de situações esporádicas e



pontuais, mas que efetivamente existiram e que provocam um sentimento de insegurança em alguns pontos da cidade, embora não de forma continuada. Deu conta que foram alertadas as forças de segurança e que se trata de um problema identificado e seguido pela Guarda Nacional Republicana, que irá reforçar a presença em momentos chave para, de alguma forma, dissuadir este tipo de comportamentos desviantes, independentemente da nacionalidade de quem os pratica. -----

----- Quanto ao arranque do ano letivo disse que foi uma preocupação muito grande, quer a nível nacional quer a nível local, sendo o mesmo exaustivamente preparado em conjunto com as escolas, com a proteção civil municipal e com os serviços de saúde, no sentido de se conseguir fazer um trabalho de antecipação aos problemas. Deu conta que o município, a suas custas, foi junto das escolas definir os circuitos seguros dentro das mesmas, através da produção e colocação de sinalética e ajudou as escolas a rever os seus planos de contingência. Acrescentou ainda que, tentando estar sempre um passo à frente, se está a preparar os cenários em que seja necessário fechar escolas, possam existir meios para algumas das aulas puderem ser lecionadas em deferido ou através de meios eletrónicos. -----

----- De seguida, referindo-se ao turismo e à promoção turística do concelho, disse que o Município de Rio Maior deve ter sido dos primeiros a pensar além COVID-19 através de iniciativas conjuntas com todos os agentes turísticos do concelho, da execução de um programa conjunto, da organização de pacotes de visitação e da criação de uma comissão local de turismo constituída por todos os agentes. Realçou que, com isto, aumentou-se em muito a comunicação e a profissionalização no sentido de se conseguir chegar a públicos diferentes, sendo o resultado prático foi a passagem de 0% de ocupação em maio para alojamentos praticamente esgotados em julho e até final de agosto. -----

----- Relativamente à DEPOMOR, S.A., da qual a Câmara Municipal detém 26% é, desde o início, uma empresa com uma situação financeira complicada, continua a sê-lo, mas tem atualmente uma dinamização comercial completamente diferente, resultado do processo que a Câmara Municipal encetou junto da administração no sentido de ativar o papel comercial da empresa e deu conta que daí já se colheram alguns frutos nos últimos seis meses, com a realização de negócios com empresas como a Kerakoll, a Sglux – Comércio Internacional Lda., a Solmaior, e outros ainda a decorrer e, por isso sigilosos. Afirmou que o parque de negócios está, neste momento, em contraciclo quando comparado com o resto do país no que respeita a negócios concretizados. -----



----- No que diz respeito aos investimentos da Câmara Municipal disse que nenhum parou durante a pandemia, abrandando durante a fase do Estado de Emergência pelos constrangimentos que as empresas também tiveram, mas nunca pararam e afirmou que os investimentos com que a Câmara Municipal se comprometeu irão ser executados em tempo útil. -----

----- Acerca da situação dos pombos, informou que os serviços estão já a procurar a melhor solução, lembrando que já antes foi feita a captura de pombos por uma empresa de especialidade que resultou numa diminuição, sendo que o extermínio não é legal. Apelou, por isso, que todos possam também espalhar a mensagem de que alimentar estes animais leva ao seu aumento descontrolado, informando que se está também a estudada a hipótese de incluir em regulamento municipal que este tipo de ação não seja permitido. -----

----- Quanto à melhoria dos troços da rede viária nacional, informou que tem feito todas as semanas contactos para o Diretor Regional de Infraestruturas de Portugal no sentido de saber sobre a execução das obras da EN114 e do IC2, e que os resultados que se vêm têm sido poucos, infelizmente. -----

----- Seguidamente, sobre a situação da falha de limpeza nas escolas, esclareceu que efetivamente aconteceu, que a empresa que presta esse serviço ao Município falhou, mas que a situação foi imediatamente corrigida, através de uma solução provisória com recurso s trabalhadores da câmara municipal e que se seguirão os procedimentos legais por falha das condições contratuais. Afirmou que neste momento não há falha na limpeza, as situações que aconteceram foram corrigidas e agradeceu que havendo alguma situação que permanece, possam, enquanto membros da comunidade, relatá-la à câmara municipal de forma a ser imediatamente corrigida. -----

----- Sobre as condições do serviço de transporte disse ter havido algumas reclamações, que se trata de um serviço prestado pela Rodoviária Nacional que tem o seu próprio plano de contingência. Acrescentou que a câmara municipal tem estado em contacto direto com o administrador daquela empresa e que já foram tomadas algumas medidas no sentido de garantir o cumprimento das medidas de segurança. -----

----- Ainda sobre as regras de segurança, mas relativamente à prática da disciplina de educação física, lembrou que as regras são emanadas pelo próprio Ministério da Educação e que a Câmara Municipal tem ajudado a que as escolas tenham espaços em que essa prática possa ocorrer em segurança. -----



----- Sobre a questão do que o Município pensa fazer mais contra a COVID-19, afirmou que tudo o que o Município pode fazer já está a ser feito e que tem sido cumprido, com exatidão, todas as medidas possíveis, acrescentando que o mesmo não se poderá dizer das entidades de saúde competentes, que pouco tem colaborado no sentido de informar para prevenir, chegando ao ponto de a informação circular primeiro nos cafés da cidade e só depois chegar ao presidente da câmara. Disse ainda que enquanto no início havia uma grande proximidade entre as entidades, com a proteção de dados deixou de existir e o responsável máximo pela proteção civil no concelho ignora todas as situações, retirando-lhe conhecimento para poder agir e levando a que o Município não possa fazer um apoio social condigno, não possa dar informações que ajudem a identificar as redes de transmissões e ajudar em muitas outras situações que poderiam evitar a transmissão. Concordou que deve ser tido todo o cuidado com os dados pessoais de cada um, mas se o responsável máximo de um concelho não é pessoa idónea para ter essa informação desconhece quem será e que enquanto em alguns concelhos os presidentes de câmara são tratados como parceiros ativos em outros nem sequer são reconhecidos para esse efeito. -----

----- Sobre a informação da distribuição de cabazes que é feita fez apenas uma correção à informação dada, dizendo que são distribuídos quinzenalmente e não mensalmente, acrescentando que são cerca de cento e trinta cabazes e agradeceu, por isso, ao Centro Social de Sourões e à Santa Casa da Misericórdia. -----

----- Por fim, acerca do aumento do investimento no concelho, afirmou que é para o próprio uma felicidade ter herdado condições que lhe permitem, embora com uma gestão apertada e responsável, finalmente fazer a obra de proximidade de que os riomaiorenses sentiram falta e que, neste momento, está a acontecer em todo o concelho. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Finalizadas as intervenções colocou a votação a moção e a recomendação apresentadas pela CDU. -----

----- **Moção “Repór as freguesias extintas – Um imperativo democrático” (anexo 3)** -----

----- Colocada a votação, a moção foi **rejeitada por maioria** dos presentes, com 20 votos contra, 2 votos a favor dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e Paulo Manuel dos Santos Colaço e 8 abstenções dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira,



Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Susana Carla Alves Franco, Celso Cláudio Ferreira Martins, o Presidente de Junta de Freguesia de Arroquelas e o Presidente da Junta da União de Freguesias da Marmeleira e Assentiz (30 presenças).

----- **Recomendação “Suplemento de insalubridade, penosidade e risco” (anexo 4)** -----

----- Colocada a votação, a moção foi **rejeitada por maioria** dos presentes, com 21 votos contra, 2 votos a favor dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e Paulo Manuel dos Santos Colaço e 7 abstenções dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Susana Carla Alves Franco, Celso Cláudio Ferreira Martins e o Presidente de Junta de Freguesia de Arroquelas (30 presenças). -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Documentos de Prestação de Contas 2019 da Comunidade Intermunicipal da Lezíria e Vale do Tejo** -----

----- **15ª Modificação Orçamental – Despesas destinadas à promoção de apoios sociais aos municípios afetados pelo surto da COVID-19, à aquisição de bens e serviços relativos à proteção da saúde pública, bem como a outras medidas de combate aos efeitos da pandemia da COVID-19** -----

----- **18ª Modificação Orçamental – Despesas destinadas à promoção de apoios sociais aos municípios afetados pelo surto da COVID-19, à aquisição de bens e serviços relativos à proteção da saúde pública, bem como a outras medidas de combate aos efeitos da pandemia da COVID-19** -----

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 5)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Interveio para partilhar com todos um pouco da sua visão, discordante daquela que o Presidente da Câmara deu anteriormente, no que diz respeito à partilha de informação e identificação de cadeia de transmissão da COVID-19 à entidade máxima da proteção civil concelhia. Considerou que não ser permitido a divulgação destas informações tem a ver com uma forma de como se desenvolve o processo, legalmente protegido, e executado por técnicos especialmente treinados e com competência para o efeito e que, havendo outros presidentes de câmara que têm uma ligação mais estreita com os serviços de saúde, a seu ver, decorrerá da avaliação que é feita daquilo que o outro faz com a informação que dispõe. Afirmou ainda que não compete aos municípios identificar cadeias de transmissão e, menos ainda, compete ao poder político identificar contactos próximos, fazendo-lhe lembrar até, essa ação, a tão conhecida PIDE. Reiterou que este é um campo puramente técnico, de epidemiologia, para o qual se estuda, não devendo, por isso, ser desempenhados nem pelo poder político nem pela comunicação social, sob pena de serem alarmistas e perigosos, precisamente pela impreparação que cada um, enquanto cidadãos, tem para ver um funcionamento no seu todo. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita e Despesas e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2020 - PPI e AMR** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, dizendo que o que se pretende é a aprovação da proposta 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita e Despesas e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2020 - PPI e AMR. -----

----- Acrescentou, relativamente ao conteúdo da revisão, disse que esta inclui os projetos da reabilitação da casa poeta Ruy Belo e o da moagem Maria Celeste, aproveitando o momento para responder às questões colocadas anteriormente pela Deputada Anabela Azenha sobre o mesmo, afirmando, desde logo, que o objetivo deste último, para além de complementar o projeto da zona ribeirinha, é a conservação do edifício no sentido de se alcançar a requalificação de toda uma zona por via destes dois projetos. -----

----- Continuou dizendo que o projeto da moagem tem vindo a sofrer alterações com a maturação da ideia e, atualmente, pretende-se que seja um local para os riomaiorenses usufruírem diariamente, desenvolvendo-se em três pisos, sendo o primeiro destinado à receção com uma pequena loja de venda de material promocional do concelho, um espaço de exposição permanente relacionada com a Vila Romana e com o rio Maior e



as azenhas que ali existiam. No segundo piso disse que se pretende a existência de um laboratório de arqueologia, devidamente equipado com funções não só didáticas e pedagógicas, promovendo a visitação pelas escolas, mas também de investigação pura e de alto nível. Quanto ao terceiro piso, disse que será um espaço multiusos que permita a realização de colóquios, conferências, etc., e com uma pequena residência para investigadores que ali queiram desenvolver o seu trabalho. Disse ainda que no espaço exterior se pretende aproveitar a ligação ao rio e criar-se um verdadeiro espaço de lazer e convívio. Deu ainda conta que o projeto para a zona ribeirinha não previa a construção de nenhum espaço de restauração e bebidas, mas sim zonas onde pudessem ser instaladas elementos amovíveis para o efeito, e que com esta reformulação se pretende a criação de mais um espaço, diferente dos já previstos, aumentando a atratividade e potenciando a visitação da zona. Referiu ainda que com esta reformulação deixa de ser um elemento que obstaculiza à circulação das pessoas e passa a permitir que as pessoas atravessem toda a zona da requalificação da frente ribeirinha criando uma passagem direta entre a zona mais norte para a zona mais sul. -----

----- Relativamente ao projeto da casa poeta Ruy Belo disse que foi apresentada candidatura ao Programa Valorizar, que foi aprovada, e que inclui, não só a requalificação da casa, como também a construção dum espaço museológico e de uma residência de artistas para que ali possam fazer a sua investigação e o seu trabalho literário. Para além deste projeto, lembrou ainda a criação do Prémio Nacional Ruy Belo e da bolsa de Investigação Ruy Belo, assim como do roteiro Ruy Belo, no sentido de desenvolver estratégias que permitam o desenvolvimento de atividades que promovam os locais frequentados pelo poeta e que o inspiraram, tentando, de uma forma agregadora, oferecer um produto completo e com interesse de visitação. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção dizendo que é autarca desde o ano 2005, autarca de freguesia com muito orgulho, com muitos momentos bons e, felizmente, poucos que se possam considerar como maus, e que este é um dia que irá lembrar como um dos melhores, um dos mais felizes para a União de Freguesias das São João da Ribeira e Ribeira de São João e, também, para o concelho de Rio Maior. Continuou dizendo que este é mais um



passo, porventura o mais importante, na defesa do património de Ruy Belo, caminho que tem vindo a ser percorrido desde 2017 aquando do protocolo entre a junta de freguesia e a Câmara Municipal para a requalificação do edifício da casa do Ruy Belo em São João da Ribeira e a parceria nas várias datas comemorativas relativas à vida e obra do poeta. Referiu ainda que, infelizmente, neste percurso, alguns tentaram, para proveito político e sem interesse em conhecer efetivamente a situação, insistir na ideia de que faltaria à Câmara Municipal a capacidade para este tipo de projeto, mas que agora se vê que afinal há capacidade e vontade e que afinal o trabalho interno, por parte da Câmara Municipal, estava a ser feito e que a Câmara Municipal reconhece a importância que Ruy Belo tem para o concelho. Por fim, reconheceu que nem sempre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia estiveram em sintonia na forma e no tempo de dirigir este valioso património, mas que agora existe esse entendimento e colaboração e exaltou a coragem, a vontade e a capacidade do executivo municipal ir realizar um investimento de cerca de quinhentos mil euros na área da cultura e numa freguesia do meio rural, valorizando o património cultural da freguesia, projetando a vida e a obra de Ruy Belo e valorizando São João da Ribeira e Rio Maior através da reabilitação do edifício existente, transformando-o na tão falada e tão esperada “Casa Museu Poeta Ruy Belo”. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Interveio para dizer que é sempre bom ver-se obra realizada ou a realizar no concelho, com projetos sólidos e bem pensados, a par das ajudas sociais que já anteriormente referiu, salientando que tal só é possível atendendo à saúde económica financeira do Município, sem a qual não seria possível a candidatura para a execução destas obras, nomeadamente a requalificação da moagem, da Casa Ruy Belo e também a requalificação da zona ribeirinha, entre outros. Reiterou que este tipo de projeto só é possível devido ao bom trabalho realizado pelo atual executivo e pelos executivos liderados pela Isaura Morais, no sentido do equilíbrio das contas e da redução da dívida existente e que, apesar de muitas vezes criticado, em bom rigor, possibilitou que estas candidaturas e, conseqüentemente, a execução destes projetos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de colocar o assunto a votação congratulou-se porque, como é do conhecimento daqueles que o acompanham desde o primeiro mandato, sempre foi crítico relativamente à gestão que a Câmara Municipal fez relativamente ao património Ruy Belo, afirmando que o turismo cultural, como acontece em outros espaços e outras



ciudades, é um património importantíssimo, recordando que na sua primeira intervenção pública sobre este assunto, terá dito o que hoje reitera: para os estudiosos o fenómeno Ruy Belo é comparável ao fenómeno Fernando Pessoa, ou seja, seria um disparate esse património não ser aproveitado. Congratulou-se, por isso, com a iniciativa conjunta da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, esperando que, a muito curto prazo, se possam retirar frutos da mesma. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 28 votos a favor e 2 abstenções das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (30 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 67º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. ----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** _____